

*Alves: buscando uma fórmula para ultrapassar o aperto*

CORREIO BRAZILIENSE

20 SET 1990

# Orçamento sai em medida provisória, afirma Cabral

O Governo vai se utilizar de uma medida provisória para abrir créditos suplementares para a União. A decisão foi comunicada pelo ministro da Justiça, Bernardo Cabral, ao deputado João Alves (PFL-BA), relator do projeto de revisão orçamentária, com apenas duas palavras: "Tudo bem".

Esta frase curta deve começar mais uma disputa jurídica, uma vez que a oposição questiona a medida provisória como instrumento adequado para se legislar sobre matéria orçamentária. Os créditos pedidos pelo Governo são da ordem de Cr\$ 2,5 trilhões.

Atendendo a sugestão feita por João Alves na semana passada, em carta dirigida a Cabral, o Governo utilizará o artigo 167 da Constituição, que permite a edição de medidas provisórias em matéria orçamentária, nos casos de guerra, comoção interna ou calamidade pública. "O Governo ficou de cofres vazios até mesmo para manter serviços essenciais como creches e hospitais. Está caracterizado o estado de calamidade pública", acredita João Alves, encarregado pelo ministro da Justiça de redigir o texto da medida.

O parlamentar garante que não fará alterações no substitutivo aprovado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso, e mesmo que o Governo venha a fazê-las ele não demonstra preocupações quanto a eventual reação oposicionista. "Quando os parlamentares voltarem a Brasília, depois das eleições, o dinheiro já terá sido gasto e não haverá mais remédio", comemora o relator.

Alves também não teme a contestação judicial do uso de medida provisória em matéria de competência privativa do Congresso. Segundo ele, o Supremo Tribunal Federal já está sem recursos e dificilmente votará contra seus próprios interesses. O procurador-geral Aristides Junqueira, que passou a defender a constitucionalidade da medida um dia depois de ter insinuado o contrário, teria mudado de opinião, no entender do deputado baiano, porque "viu que ficaria sem salário no final do mês".

A favor do recurso à medida provisória, o parlamentar lembrou ainda que o Governo já usou este mesmo dispositivo.